



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

ATA

**2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
CIPE-AC**

Data: 13 de julho de 2017

Horário: 10 horas

Local: Sala de Treinamento

PARTICIPANTES MEMBROS DO CIPE-AC:

Participantes	Cargo e Unidade
José Alves de Albuquerque	Diretor da Secretaria Administrativa
Andréa Mouta Rocha	Diretora de Secretaria da 1ª Vara
Sebastião Farias da Silva	Diretor de Secretaria da 4ª Vara
Nagilene Marques Dourado de Almeida	Diretora do Núcleo de Recursos Humanos
Rawlison de Nazaré Araújo Azevedo	Diretor do Núcleo Judiciário
Andressa Lima Abugoche Asfury	Diretora do Centro Judiciário de Conciliação
Michela Melo D'Albuquerque Lima	Supervisora da Seção de Modernização Administrativa
Francisco Paulo Mesquita do Nascimento	Supervisor da Seção de Controle Interno
Joseima Nogueira Ribeiro	Supervisora da Seção de Bem-Estar Social
Bruno Alexandre Soares Prestes	Supervisor da Seção de Informática
Josimar Antônia Mourão do Nascimento	Supervisora da Seção de Programação e Execução Orçamentária e Financeira
Edivaldo Venancio da Silva*	Supervisor da Seção de Suporte Administrativo e Operacional da Subseção de Cruzeiro do Sul
Gilmar Palú	Ausente por motivo de férias

Thiago Lourenço Fernando da Silva

Ausente por motivo de férias

*por videoconferência

PARTICIPANTES CONVIDADOS:

Participantes	Cargo e Unidade
Antônia Setúbal Rodrigues Evangelista	Diretora de Secretaria da 2ª Vara
Carlos Alberto Ricciardi	Diretor de Secretaria da 3ª Vara
Marco Antonio Cunha Cotta	Diretor do Núcleo de Apoio à Turma Recursal
Jocirley Braga de Souza*	Diretor de Secretaria da Vara Única da Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul

*por videoconferência

PAUTA

1. Analisar o cumprimento das metas por unidade jurisdicional.
2. Analisar a situação das iniciativas estratégicas integrantes da Carteira de Iniciativas (Portarias Presi 392/2015, 387/2016 e 388/2016).
3. Analisar as propostas de iniciativas estratégicas pré-aprovadas para o ano de 2018.
4. Apontar as medidas que serão tomadas para efetivo cumprimento das metas e desenvolvimento integral das iniciativas até o fim do exercício de 2017.

APRESENTAÇÃO

A Supervisora da Semad conduziu a apresentação da reunião, esclarecendo, primeiramente, sobre a necessidade de realização de 3 Reuniões de Análise da Estratégia - RAE durante o ano, os seus objetivos e a necessidade de apresentação do Relatório de Execução da Estratégia, duas vezes ao ano, sendo que o primeiro deverá ser apresentado até o dia 18/07/2017, considerando a realização da reunião do CGER-TRF1 no dia 21/07/2017.

Além disso, falou sobre o convite aos demais participantes que não são membros do Cipe-AC, mas que, por serem os gestores das unidades jurisdicionais responsáveis diretamente pelo cumprimento das Metas na área-fim, tornam-se peças fundamentais para a análise desse desempenho. Agradeceu, também, a disponibilidade do servidor Edivaldo Venancio da Silva, da Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul, em participar da reunião por videoconferência.

CARTEIRA DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

(PORTARIAS PRESI 392/2015 E 388/2016)

1. Conciliações pré-processuais e processuais nas ações contra o INSS e a Caixa Econômica; mutirões conciliatórios.

Essa iniciativa tem o prazo estendido até o fim do ciclo atual do planejamento estratégico (dez/2020), pois está diretamente ligada ao cumprimento da Meta 3 - Conciliação. A unidade responsável pela sua condução é o Centro Judiciário de Conciliação - Cejud e o projeto encontra-se em andamento.

2. Campanhas de conscientização para adesão ao EPS e realização de oficinas, palestras e atividades motivacionais.

Essa iniciativa também estende-se até dez/2020 e, neste ano, tem como atividade principal a realização de um programa de capacitação, incluindo oficinas e palestras, a ser ministrado por uma empresa na área de psicologia organizacional no mês de agosto, com recursos do Programa de Qualidade de Vida. A unidade responsável pela sua condução é o Núcleo de Recursos Humanos - Nucre e o projeto encontra-se em andamento.

CARTEIRA DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

(PORTARIA PRESI 387/2016)

1. Contratação de empresa para realizar a avaliação ergonômica dos postos de trabalho.

O projeto é de responsabilidade do Nucre e tem previsão de abertura do procedimento administrativo para contratação da empresa no mês de agosto deste ano. A princípio, o prazo do projeto é dezembro/2017, mas ele também foi incluído como pré-proposta para o ano de 2018, tendo em vista as incertezas quanto à disponibilidade orçamentária para realização no exercício de 2017.

PROPOSTAS PRÉ-APROVADAS PARA O ANO DE 2018

1. Implantação dos Sistemas de Controle Interno nas unidades da área administrativa.

Projeto de responsabilidade da Seção de Controle Interno - Secoi, sem necessidade de recursos financeiros para sua implantação, portanto, não há problema em mantê-lo dentro da Carteira de Iniciativas. Além disso, ele tem forte impacto na execução da estratégia, na medida em que atende ao macrodesafio "Instituição da Governança Judiciária" e ao objetivo estratégico "Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da Justiça Federal", bem como ao macrodesafio "Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa" e ao objetivo estratégico "Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal". Nesse sentido, o TRF1 desenvolve o projeto "Gestão de Riscos no âmbito da Secretaria de Administração do TRF-1ª Região". Essa preocupação é salutar e tem como parâmetro a Taxa de Avaliação do Sistema de Controles Internos, indicador no qual foi convertido a antiga Meta 11 - CJF - Elevar o percentual de avaliação positiva do sistema de controles internos de cada região para 100%, até 2020.

2. Elaboração da Carta de Serviços da Justiça Federal do Acre.

Projeto de responsabilidade da Seção de Biblioteca - Sebib, sem necessidade de recursos financeiros, por tratar-se, apenas, da disponibilização eletrônica do material. Além disso, sua execução tem um forte impacto na estratégia, pois está diretamente ligado ao macrodesafio "Garantia dos direitos de cidadania" e ao objetivo estratégico "Buscar a satisfação do usuário/cidadão". Portanto, o Cipe-AC decidiu por mantê-lo na Carteira de Iniciativas Estratégicas.

Embora essas iniciativas sejam consideradas viáveis, do ponto de vista financeiro, outro fator pode influenciar negativamente o andamento dos projetos: a quantidade ínfima de recursos humanos.

MONITORAMENTO DAS METAS - JANEIRO A JUNHO DE 2017 (Fonte: e-Siest)

Em seguida, a Supervisora da Semad apresentou os percentuais de cumprimento das metas, por unidade jurisdicional, e o panorama geral da Seção Judiciária do Acre. Algumas considerações importantes foram feitas sobre os percentuais, as quais encontram-se após as tabelas.

META 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.								
AC	1ª VARA	2ª VARA	3ª VARA	4ª VARA	1º RELATOR	2º RELATOR	3º RELATOR	CZS
128,18	73,63	99,44	135,91	136,22	67,3	118,6	102,36	203,43

META 2 - Identificar e julgar, no ano corrente, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 85% dos processos distribuídos em 2013, no 1º e 2º graus; e 100% dos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais federais e nas turmas recursais.									
	AC	1ª VARA	2ª VARA	3ª VARA	4ª VARA	1º RELATOR	2º RELATOR	3º RELATOR	CZS
Até 2012	44,62	37,59	45,61	75,61	-	-	-	-	25
Até 2013	57,56	45,18	69,79	70,59	-	-	-	-	117,65
Até 2014	92,53	-	-		98,63	94,24	100	97,56	81,84

META 3 – Fomentar o alcance percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.

AC	1ª VARA	2ª VARA	3ª VARA	4ª VARA	1º RELATOR	2º RELATOR	3º RELATOR	CZS
1378,95	50,3	98,25	44,84	485,87	-	-	-	2309,68

META 4 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014.

AC	1ª VARA	2ª VARA	3ª VARA	4ª VARA	1º RELATOR	2º RELATOR	3º RELATOR	CZS
78,72	68,03	62,5	126,98	-	-	-	-	95,24

META 5 - Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

AC	1ª VARA	2ª VARA	3ª VARA	4ª VARA	1º RELATOR	2º RELATOR	3º RELATOR	CZS
81,17	86,11	128,21	56,32	-	-	-	-	117,86

META 6 – Identificar e julgar até 31/12 do corrente ano:

FAIXA 3: 70% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus.

FAIXA 2: 80% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus.

FAIXA 1: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus.

AC	1ª VARA	2ª VARA	3ª VARA	4ª VARA	1º RELATOR	2º RELATOR	3º RELATOR	CZS
54,95	47,62	35,71	71,43	-	-	-	-	71,43

META 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

AC	1ª VARA	2ª VARA	3ª VARA	4ª VARA	1º RELATOR	2º RELATOR	3º RELATOR	CZS
95,35	51,85	124,24	170,83	-	-	-	-	72,22

META 8 – Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

AC	1ª VARA	2ª VARA	3ª VARA	4ª VARA	1º RELATOR	2º RELATOR	3º RELATOR	CZS
76,19	71,43	95,24	71,43	-	-	-	-	-

PANORAMA GERAL										
	META 1	META 2	META 2	META 2	META 3	META 4	META 5	META 6	META 7	META 8
SJAC		Até 2012	Até 2013	Até 2014						
	128,18	44,62	57,56	92,53	1378,95	78,72	87,17	54,95	95,35	76,19

Do panorama apresentado, tem-se que a Seção Judiciária do Acre, em relação ao cumprimento das Metas, encontra-se da seguinte forma:

DESEMPENHO	QUANTIDADE*
Semáforo azul	2
Semáforo verde	3
Semáforo amarelo	2
Semáforo vermelho	3

*Apesar de serem 8 Metas, a Meta 2 desdobra-se em 3 metas.

O quadro acima indica um desempenho mediano da Seção Judiciária do Acre, com 5 Metas entre desempenho cumprido e aceitável, e outras 5 Metas de desempenho ameaçado a baixo desempenho. O melhor desempenho apresenta-se nas Metas 1 e 3 e o pior desempenho apresenta-se nas Metas 2 e 6.

PRINCIPAIS APONTAMENTOS

- DESIGUALDADE NA DISPUTA PELO SELO ESTRATÉGIA EM AÇÃO

Há uma desigualdade na disputa pelo Selo Estratégico, considerando que apenas 3 metas aplicam-se à 4ª Vara - Juizado Especial Federal e apenas 2 à Turma Recursal, enquanto que as outras Varas precisam atingir resultados em 8 metas. Não sabemos se o TRF1 tem observado este aspecto, então sugerimos que seja feita uma análise sobre o resultado anterior do Selo Estratégia em Ação para verificar como foi a distribuição do Selo por tipos de unidade jurisdicional, se isso realmente torna unidades, como JEF's e TR's, mais propensas a ganhar o Selo.

- **DESEMPENHO DA SUBSEÇÃO DE CRUZEIRO DO SUL NA META 3**

O percentual alcançado pela Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul na Meta 3 foi extraordinário, de forma que solicitamos a presença do Diretor da Subseção, Jocirley Braga de Souza, para que falasse um pouco a respeito das estratégias adotadas que tinham permitido alcançar aquele resultado: o Diretor informou que houve um aumento no nº de audiências, sendo realizadas 30 (trinta) audiências presenciais por dia, de segunda a sexta-feira, além de outras realizadas por videoconferência. Além disso, foi assinada uma Portaria Conjunta da Subseção Judiciária com o INSS, que prevê que as citações e intimações do órgão sejam realizadas por e-mail. Há um intervalo de 3 meses entre a data da perícia e a realização da audiência, tempo suficiente para que o INSS possa analisar a demanda com cautela. Quanto às audiências, o Diretor esclareceu que todas são de instrução, mas que, inicialmente, a Juíza expõe a possibilidade de realização de acordo.

- **ENVIO AUTOMÁTICO DOS RELATÓRIOS PELO E-SIEST**

Os Diretores informaram que não estão recebendo os relatórios por e-mail, conforme determinado pela Portaria Presi 348/2016, em seu art. 5º, § 8º. Independente disso, a Supervisora da Semad esclareceu que cabe consulta ao e-Siest, por parte dos gestores, para acompanhamento das metas. Entretanto, a Supervisora da Semad comprometeu-se a enviar os resultados referentes ao 1º semestre, conforme apresentados durante a RAE.

- **META 3 NÃO SE APLICA À TURMA RECURSAL?**

Uma informação interessante que tivemos durante a reunião diz respeito aos acordos que têm sido realizados nos processos que tramitam na Turma Recursal, mas que não aparecem na estatística, segundo o Diretor do Núcleo de Apoio à Turma Recursal. A Supervisora da Semad informou que irá buscar informações junto à Divisão de Estatística, para saber se a Meta 3 não se aplica à Turma Recursal ou se as movimentações processuais responsáveis por incluir os processos nas estatísticas não estão sendo informadas ou se elas não fazem parte da lista de movimentações da Turma Recursal.

SELO ESTRATÉGIA EM AÇÃO

A Supervisora da Semad apresentou as unidades jurisdicionais da Seção Judiciária que, com o resultado alcançado durante o 1º semestre, têm possibilidade de ganhar o Selo Estratégia em Ação, esclarecendo que esse não é um resultado definitivo, mas que aponta nessa direção. De certa forma, isso corrobora com um dos apontamentos feitos acima, de que torna-se mais "fácil" para unidades de JEF e Turma Recursal alcançarem o resultado do Selo.

Unidade	Selo
4ª Vara	Selo Ouro
1ª Turma Recursal - Relator 2	Selo Diamante

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final, foi aberto para os participantes manifestarem-se quanto às sugestões de medidas para efetivo cumprimento das metas, bem como de medidas para o desenvolvimento integral das iniciativas até o fim do exercício de 2017.

O Diretor de Secretaria da 3ª Vara destacou que o objetivo principal é cumprir todas as metas. Perguntado sobre o desempenho da 3ª Vara em relação à Meta 4, por exemplo, ele informou que não há grandes estratégias, apenas o monitoramento contínuo dos processos que fazem parte dessa meta.

Segundo a Diretora de Secretaria da 1ª Vara, todos os processos que fazem parte das Metas são identificados, mas nem sempre é possível fazer o acompanhamento adequado devido ao nº de servidores. Quando uma meta é focada, outra acaba sendo deixada de lado.

As Varas Comuns, no geral, manifestaram-se quanto às dificuldades encontradas junto aos órgãos no que diz respeito, por exemplo, à disposição em fazer conciliação, que é quase nula.

Aproveitando a era da Gestão do Conhecimento, a Supervisora da Semad solicitou aos participantes, gestores das unidades jurisdicionais, que não deixem de informar/registrar as boas práticas que eles têm utilizado na condução dos seus trabalhos, pois os bons resultados vêm em decorrência das suas práticas. Um ótimo exemplo foi Cruzeiro do Sul, que, num primeiro momento, disse não estar fazendo nada demais, apenas seguindo o rito normal dos processos, mas, quando vamos aprofundando a investigação, descobrimos a portaria conjunta, a quantidade de audiências diárias etc. Tudo isso, na verdade, revela a estratégia que está sendo utilizada pelos seus gestores. E, graças a essa estratégia, os resultados estão sendo alcançados.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Michela Melo Dalbuquerque Lima Benevides, Supervisor(a) de Seção**, em 15/09/2017, às 16:12 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **4418172** e o código CRC **99EB7E35**.